



CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1343/2026
(à MPV 1343/2026)

Acrescente-se art. 2º-1 à Medida Provisória, com a seguinte redação:

“Art. 2º-1. A Lei nº 13.703, de 08 de agosto de 2018, passa a vigorar com as seguintes alterações:

‘Art. 5º

.....

§ 4º Os pisos mínimos definidos na norma a que se refere o caput deste artigo têm natureza referencial, cujo objetivo é servir de orientação nos contratos de transporte rodoviário de cargas.’ (NR)”

Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente reenumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.

JUSTIFICAÇÃO

O transporte rodoviário de cargas constitui elemento essencial para a competitividade da economia brasileira, em especial do agronegócio, assegurando o escoamento da produção, a integração dos mercados e a inserção do País no comércio internacional. A Lei nº 13.703, de 2018, ao instituir pisos mínimos com caráter vinculante, introduziu mecanismo de formação de preços que desconsidera a dinâmica própria das relações de mercado. A fixação obrigatória de valores mínimos para o frete tem produzido distorções relevantes, com impactos sobre os custos logísticos, a formação de preços e a eficiência na alocação de recursos. A natureza impositiva do piso mínimo configura, na prática, intervenção direta na liberdade de contratar, ao restringir a negociação entre as partes



e impor parâmetros dissociados das condições efetivas de oferta e demanda. Tal modelo compromete a flexibilidade necessária às operações de transporte, especialmente em um setor caracterizado por elevada heterogeneidade de rotas, cargas e condições operacionais. A proposta de atribuir natureza referencial aos pisos mínimos preserva o papel orientador da política pública, sem afastar a possibilidade de sua utilização como parâmetro nas negociações. Ao mesmo tempo, restabelece a liberdade contratual e permite que os valores do frete sejam ajustados conforme as condições específicas de cada operação. A medida contribui para reduzir distorções, melhorar a eficiência econômica e promover maior equilíbrio concorrencial, ao alinhar a formação de preços à realidade do mercado, sem prejuízo da transparência e da previsibilidade nas relações contratuais. Dessa forma, a emenda aperfeiçoa o marco regulatório do transporte rodoviário de cargas, compatibilizando a política pública com os princípios da ordem econômica e com a necessidade de assegurar maior competitividade ao setor produtivo.

Sala da comissão, 25 de março de 2026.

